

JOSÉ CASADO

A voz do índio

Uma platéia, um microfone. Tudo o que um parlamentar precisaria para brilhar. Numa comissão parlamentar de inquérito, tendo no alvo um índio — desses ianomâmis em plena transição do Paleolítico para a luz elétrica —, então, não poderia dar errado.

Mas a vida real é pura surpresa. Como mostrou o cacique Nelino Galé, coordenador do Conselho Indígena de Roraima, em recente debate com integrantes da CPI da Mineração. O principal objetivo da CPI é a abertura das reservas indígenas da Amazônia à mineração — especialmente a reserva dos ianomâmis, maior que a Bélgica, porém muito menor que a cobiça da tribo branca.

“O que o senhor pensa sobre os garimpeiros e as mineradoras?”, quis saber o senador Ramez Tebet, presidente da CPI.

Chefe de uma comunidade de 35 mil índios, grande parte ainda vivendo no Paleolítico, Galé não vacilou: “A presença dos garimpeiros na área indígena é ilegal. A entrada dos garimpeiros nas comunidades indígenas só trouxe morte, ameaça, desunião. Sobre as mineradoras... isso depende do Congresso Nacional. Acho que é para isso que os srs. senadores e deputados estão em Brasília.”



“Vamos sempre ficar atentos. Temos de falar a verdade, não a mentira”

Romero Jucá, ex-presidente da Funai, senador e relator da CPI, interveio: “Nós estamos querendo regulamentar a exploração mineral em terras indígenas. Gostaria de saber se concorda.”

“Estou no meio de vocês como uma pessoa inocente. Mas o que eu disser é bem verdade, porque a lei que os senhores fizeram não foi cumprida. Quando o senhor era presidente da Funai, em Brasília, o que aconteceu foi a morte dos nossos parentes ianomâmis. Não posso aceitar isso, não posso acabar com meu povo.”

“O senhor acha que com a mineração há o risco de se acabar com o seu povo?”

“Eu acredito que sim. Como eu disse, não sou contra, se os senhores respeitarem a lei, mas aqui, no Brasil, não se tem respeito. Eu tenho medo. Se tivesse respeito, se tivessem cumprido a lei, eu poderia dizer que podia acreditar, mas dessa forma eu não posso acreditar.”

A senadora Marluce Pinto pega o microfone e tenta explicar ao chefe índio por que os brancos fazem leis que não cumprem: “Não podemos nos apegar muito só pela lei. A lei existe e nem sempre é cumprida. Em 1990, tinham de ser demarcadas todas as terras (dos índios). Por que não foram? Exatamente por causa da lei. Fica muito

difícil... Você já deve ter lido a Constituição: escreve-se aquela frase e não é o todo. É melhor, para vocês, terem assistência com menos terra ou ter muita terra e não ter um órgão (Funai) de assistência?”

“A senhora sabe que a Funai é um órgão da parte do governo federal. Então, tudo o que impede que a Funai fique com recurso é Brasília. Porque ela não tem recurso? Porque não se passa recurso para a Funai. Posso dizer é que demarcar terra não é afastar índios do Estado de Roraima. Ninguém tá querendo fazer outro território, outro país diferente. Nós tamos querendo trabalhar.”

O cacique Galé passa, então, a explicar por que há cinco séculos os índios desconfiam dos brancos: “Sou índio. Como os senhores dizem, sou um índio aculturado, claro. Se não tivesse chegado essa camisa para mim, aqui, na cidade, então, eu viria do meu jeito, mas como chegou, preciso usá-la. Só que sempre vou defender meu povo! Na maloca do Cuntão instalaram luz elétrica a motor. No início disseram que era de graça, tudo bem. Depois começaram a cobrar. Os parentes estão indo embora para Sorocaima. Porque não têm dinheiro para pagar aquela luz. Isso é um desengano para a comunidade indígena. O índio recebe de bom coração, mas, amanhã ou depois, fica diferente, porque o estudo dos senhores é muito profundo.”

O deputado federal Salomão Cruz acha que tudo é culpa da “infiltração” da Igreja Católica nas tribos. E tenta levar o índio à trilha da contradição: “Vossa senhoria disse que a cultura branca atrapalha a cultura

indígena. Então, por que aceita um padre fazendo batizados e casamentos, se a cultura dele também é a cultura branca?”

“Os índios chegaram antes... Se vocês não viessem para cá, tudo bem. Como já estão aqui, os índios necessitam de documentos.”

“Vossa Senhoria defende a Funai?”

“A Funai é que defende a causa indígena. Se ela estiver fazendo um trabalho bom, poderemos defender. Se não...”

O deputado estadual Helder Gross interveém, estranhando que um índio estivesse ali, citando a Constituição.

“Meu pai, meu avô, não sabiam disso. Hoje estamos nos defendendo. É obrigação nos defendermos. Então, já temos professor, que estuda na universidade. Temos professor e parente que está fazendo Direito.”

Outro deputado estadual, Henrique Machado, tenta convencer o cacique a não se opor ao projeto de uma hidrelétrica, a do Tamanduá. Argumenta: “O senhor foi orientado... Com a lavagem cerebral que o senhor está sofrendo, só lhe dizem os problemas. O senhor sabe as vantagens que vai ter com a hidrelétrica? Vocês poderão ficar na rede pescando e vão ter um motor trabalhando para vocês 24 horas por dia.”

A sessão está no fim. O cacique se despede da CPI da Mineração: “Foi um prazer. Vamos sempre ficar atentos. Temos de falar a verdade, não a mentira.”

■ José Casado é jornalista

Documentação

DATA 8/11/95 Pg. A2

CLASS 205

DESP

GOVERNAMENTAL